

**Assunto:** Nota Técnica sobre Relatório 01/2021 do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC, órgão da Fundação Cultural Palmares<sup>1</sup>

## **1 – DO FATO**

Esta nota técnica analisa o documento *RETRATO DO ACERVO: Três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares*. Trata-se do Relatório O1 do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC, órgão da Fundação Cultural Palmares. O argumento principal do relatório consiste na hipótese de que o acervo bibliográfico da FCP está em desacordo com a sua missão institucional. Alega-se realização de triagem adotando-se como procedimento a leitura de títulos, sumários, capítulos e por vezes obras inteiras. Diz o texto “(...) A Fundação Cultural Palmares, por meio de Comissão constituída por servidores públicos, irá proceder a seleção, análise de conteúdo e avaliação das condições do livro garantindo a lisura de todo o procedimento(...)”. Indica que, após a triagem, haverá doação da parte do acervo em desacordo com a missão da FCP.

## **2 – DA ANÁLISE DO FATO**

A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil. A ABPN reconhece a importância da Fundação Cultural Palmares (FCP) para os estudos da história e cultura afro-brasileira, bem como a relevância de seu acervo bibliográfico como referência e documentação que preservam a memória afro-brasileira e inspira

---

<sup>1</sup> A Elaboração desta nota técnica contou com a inestimável colaboração do Dr. Carlos Alves Moura (primeiro presidente da Fundação Cultural Palmares); do Prof. Dr. Deivison Moacyr Cezar de Campos – Coordenador da Área Científica “Comunicação e Mídia” da ABPN; e do Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira – Coordenador da Área Científica “Memória e Patrimônio” da ABPN.

estudos, reflexões e pesquisas. A ABPN reconhece a FCP como a primeira instância estatal de abrangência nacional voltada para a preservação do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira. A criação da FCP coincide com as democráticas discussões públicas e decisões do parlamento brasileiro que desembocaram na Carta Constitucional de 1988, com destaque para a aprovação de algumas históricas reivindicações da população negra, tais como: o inciso XLII do artigo 5º; os artigos 215 e 216 e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Além dos debates em torno do tema o “negro e a constituinte”, a constituição da FCP coincide com o Centenário da Abolição, momento de profunda reflexão sobre a situação social do negro brasileiro. Nas palavras de Carlos Moura, primeiro presidente da FCP:

“Cumprimentos ao movimento negro, de cujas reivindicações surgiu – na estrutura do aparelho estatal – um órgão encarregado pelo estudo, a divulgação e a pesquisa da cultura afro-brasileira, além de buscar caminhos eficazes para o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação.”<sup>2</sup>

A Fundação Cultural Palmares (FCP) resulta de um longo processo de luta e resistência do movimento negro contra o racismo. Seu surgimento constitui um fato histórico em um contexto politicamente marcado pela redemocratização e retorno da cidadania no país. Mais do que isso, sua criação representa uma conquista do movimento negro e da sociedade brasileira como um todo, tendo em vista que sua finalidade institucional visa “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (REGIMENTO INTERNO FCP, 1988), o que significa fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra com fins de superar todas as formas de preconceitos, discriminações e desigualdades que afetam essa população.

Segundo o seu primeiro presidente e um dos principais responsáveis pela criação e implantação da FCP, Carlos Alves Moura,

“Poder-se-ia dizer que essa Fundação Cultural Palmares foi gestada nos idos de 1979, quando, em Uberaba/MG, um grupo de negras e negros reuniu-se para promover debates e formas de valorização da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, elevava autoestima da comunidade negra. Duas conseqüências advieram do mencionado encontro: a Carta de

---

<sup>2</sup> MOURA, Carlos. 20 anos de história. In: Revista Palmares: cultura afro-brasileira. Brasília, Ano IV, número 4, outubro de 2008. p.08.

Uberaba e a criação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), em Brasília. Com efeito, os militantes da Capital Federal, embalados pelas conclusões de Minas Gerais, decidiram instituir uma entidade do movimento negro no Distrito Federal e a Carta de Uberaba foi inscrita nos Anais do Senado Federal por iniciativa do então senador Itamar Franco” (MOURA, 2008, p.8).

Nos anos seguintes, após a Carta de Uberaba e a criação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, se seguiram vários acontecimentos que contribuíram para a criação da FCP em 1988, segundo Moura (2008), tais como:

(1) “a peregrinação à Serra da Barriga, em Alagoas, no município de União dos Palmares, local sagrado, onde, por 100 anos, os quilombolas”, sob à liderança de Zumbi, “enfrentaram tropas do Império e capitães-do-mato” (p. 8), tonando-se em romaria em todo 20 de novembro desde a primeira caminhada no ano de 1979, culminado com o reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro no ano de 1985 pelo governo brasileiro e em 2017 como Patrimônio Cultural do Mercosul no ano de 2017;

(2) “Assessoria de Cultura AfroBrasileira” instituída no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) criado no ano de 1985, setor “destinado a trabalhar os assuntos pertinentes à cultura afro-brasileira, a partir da reinterpretação histórica e da reivindicação das entidades do movimento negro” (p. 10);

(3) tombamento da Casa Branca do Engenho Velho, terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká de tradição nagô em Salvador/BA, considerado o mais antigo do país. Primeiro terreiro de candomblé tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) que até então “desconsiderava, para os efeitos de tombamento, as casas de culto de matriz africana” (p. 11);

(4) Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (PROCEM) criado no âmbito da Assessoria de Cultura Afro-Brasileira no ano de 1987, com a finalidade de organizar a comemoração do centenário da abolição, cuja ideia “era de que os 100 anos da Abolição da Escravatura constituíam um momento ímpar no sentido de se resgatar e de exaltar os valores culturais africanos-brasileiros” (p. 11).

Nesse cenário da celebração oficial do centenário da abolição, o movimento negro passou a pautar estratégias visando a colocar a questão racial na agenda da política nacional, ampliando a reivindicação da criação de um órgão permanente no Ministério da Cultura voltado

especificamente para promover a valorização da história, da memória e da cultura negra brasileira. Neste sentido, Moura diz:

“Portanto, os 100 anos de Abolição não representam simplesmente um evento comemorativo, revestem-se de um dos mais valiosos e significativos momentos da História brasileira, quando se procura levar aos segmentos nacionais uma mensagem de reflexão ativa, onde se colocam a temática cultural e as relações sociais, essas a partir das sequelas deixadas pela escravidão, fonte originária do preconceito”. (2008, p. 12)

Neste mesmo ano, 1987, militantes do movimento negro reuniram-se em Brasília no encontro “O Negro e a Constituinte”, cujas conclusões foram encaminhadas a vários parlamentares constituintes e ao presidente da República da época, José Sarney (que governou o país logo após o fim da ditadura militar, no período de 1985 e 1990), dentre as quais a sugestão da criação de um órgão cultural com a finalidade de tratar da valorização cultural afro-brasileira. Sugestão atendida pelo então presidente da República que, segundo Moura “assumiu o compromisso de providenciar as articulações administrativas indispensáveis à realização do pretendido” (2008, p. 12).

O passo seguinte foi dado no primeiro trimestre de 1988, quando por solicitação do então Ministro da Cultura, o economista Celso Furtado, foi elaborado a minuta do estatuto para a criação da FCP a ser encaminhado como proposta ao Congresso Nacional. Porém, segundo Moura, “nem tudo são flores” e as resistências e oposição surgiram de dentro do próprio governo, principalmente da área jurídica da Casa Civil, que “somente não mutilou totalmente a proposta em razão da firmeza de Celso Furtado em assegurar a proposta e do apoio dos movimentos” (2008, p. 13).

Importante mencionar que não havia unanimidade sobre a proposta de criação da FCP nem no movimento negro, “muito menos quanto aos partidos políticos e a determinados intelectuais, não-negros, estudiosos da questão social” (MOURA, 2008, p. 13). Porém, no Congresso Nacional a tramitação da proposta de lei envolveu muita negociação dos poucos parlamentares negros na busca de apoio de seus colegas, sob pressão externa de inúmeras entidades e organizações do movimento negro nacional. Aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, a lei foi sancionada pelo então presidente da República e publicada no dia no dia 22 de agosto de 1988 sob o nº 7.668, inaugurando novos tempos para a efetivação de políticas públicas que visam a valorização da cultura negra no Brasil, em contraposição ao longo processo histórico de silenciamento, ocultação e invisibilidade.

Porém, como primeiro órgão público federal específico para políticas públicas relacionadas a cultura afro-brasileira, o estatuto da instituição só foi aprovado em 10 de janeiro de 1992 (reeditado 2009), não faltando dificuldades para sua implementação e consolidação desde o início. Segundo Moura, “o racismo introjetado e a incapacidade de sentir que o Brasil da discriminação estava caminhando noutra direção: a da valorização da cidadania e dos direitos humanos”, explica porque “os novos tempos não eram entendidos por muitos, uns detentores de grandes poderes, outros meros auxiliares bajuladores” (2008. p. 14).

Ao longo dos seus 30 anos de existência (1988-2018), as dificuldades foram inúmeras, mas a FCP sempre buscou superá-las para cumprir a sua missão institucional, dentre os quais destacamos as ações realizadas pelo Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) criado com o propósito de fomentar atividades de estudos e pesquisas, de produção e sistematização de dados e informações relativas à cultura afro-brasileira, além da disseminação de informações qualificadas de temática negra. O rico acervo do CNIRC é formado por artefatos museológicos, entre objetos históricos, peças tridimensionais, como arte quilombola, palharia, cerâmica e telas, artesanatos, gravuras, vestimentas, pinturas e outros como livros, monografias, teses, folhetos, periódicos, mapas, CD’s, CD – Rom, DVD’s, cartazes, fotografias, VHS.

A Biblioteca Oliveira Silveira inaugurada no ano de 2009 e reinaugurada em 2014, integra o CNIR e é especializada em cultura afro-brasileira, compreendendo temas diversos, a saber: negros no meio de comunicação; escravidão no Brasil; música negra, violência contra a mulher, turismo sexual; racismo, comunidades quilombolas; preconceito racial; cultura negra; igualdade racial; religiões de matriz africana e afro-brasileira; arte africana; ações afirmativas; capoeira; cinema negro; culinária afro-brasileira; dança negra; Literatura africana; mulher negra; saúde da população negra e turismo étnico. Intelectuais negras e negros fazem parte deste rico acervo bibliográfico, como Abdias do Nascimento, Milton Santos, Alex Ratts, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Du bois, Stuart Hall, Carlos Machado, Nelson Inocência, Almicar Cabral, Neusa Santos Sousa, entre outros.

Tudo isso, faz com que a FCP tenha o maior acervo nacional de publicações e obras da produção artística afro-brasileira, com cerca de aproximadamente 20 mil itens. Dentre as suas principais ações, o CNIRC desenvolveu: (a) Publicação da coleção Ciclo de Palestras Conheça Mais; (b) Exposições de arte com a temática afro e de produções artistas negras e negros; (c) Ciclo de Palestras Conheça Mais; (d) Tratamento e manutenção dos acervos bibliográfico e arquivístico da FCP – Gestão da Biblioteca Oliveira Silveira, localizada na sede da Fundação Palmares em

Brasília; (e) Parcerias com institutos e centros de pesquisas, universidades e congêneres para produção de conhecimento sobre as culturas negras brasileiras; (f) Cine Palmares; (g) Programa Imagem da Memória; (h) Prêmio Oliveira Silveira.

Através dessas e outras ações do CNIRC, a FCP tem buscado ao longo da sua existência cumprir seus objetivos como uma instituição destinada, entre outros pressupostos, a resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades remanescentes dos quilombos, além de fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra integrando-a no processo de desenvolvimento do Brasil, no sentido de superar os preconceitos, discriminações e o racismo. Desta forma, a FCP também busca efetivar o direito de acesso à cultura aos descendentes de africanos escravizados historicamente excluídos, através de fomentos e apoios, contribuindo para a garantia da preservação das manifestações afro-brasileiras, conforme previsto no artigo 215 da Constituição Federal vigente, quando determina que cabe ao Estado garantir “o pleno exercício dos direitos culturais e de acesso às fontes da cultura nacional”, o apoio, o incentivo, a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras participantes do processo civilizatório nacional. Além disso, caminha em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino, público ou privado.

Do momento que vem a público o Relatório 01/2021 CNIRC/FCP, divulgado no dia 11/06/2021, a ABPN, cumprindo com a sua missão institucional, manifesta-se por meio da presente nota técnica no sentido de avaliar as conclusões que conduziram à decisão de se destituir de parte do acervo bibliográfico histórico da Fundação.

O documento *Retrato do Acervo*, produzido pela Fundação Palmares a fim de justificar a exclusão de inúmeras obras da biblioteca da entidade, denominada Oliveira Silveira, apresenta um documento que gira em torno de uma tese ideológica anunciada já no texto de abertura, assinado pelo presidente da Fundação, Sergio Camargo. A tese ideológica defende que se trata de um acervo contrário às finalidades da instituição e que apresenta obras que fomentam entre outras teorias imaginárias a revolução sexual, a sexualização de crianças e a bandidolatria (p.5). Esta tese reaparece escrita quase da mesma forma na página 8, como “Principais Constatações”, na página 10, quando refere a “Função da Biblioteca” e, ainda na página 11, tendo como título a “Ordem Legal”. Todo o texto do relatório, portanto, é construído para defender essa perspectiva e ainda

acusar, a partir do senso comum, a onipresença da perspectiva de “militância revolucionária” e de “resistência aos brancos” no acervo da biblioteca da Fundação.

Para sustentar essa perspectiva, os responsáveis pelo documento apresentam dois trechos de frases – portanto manipulados, da dissertação *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de uma novo espaço social e simbólico*<sup>3</sup>, que são descontextualizados e usados para confirmar a tese ideológica, visando a justificar o desmanche da biblioteca e, ao mesmo tempo, reforçar o ataque às entidades do movimento social negro e à construção simbólica em torno do 20 de novembro. Ao descontextualizar os trechos da dissertação e inseri-los dentro de um novo contexto ideológico e não técnico, ou científico, como deveria por tratar-se de um acervo, os responsáveis pelo relatório se utilizaram da mesma estratégia linguística de produção de memes e fake News, ou seja, retiram os trechos de frase da dissertação de seu sentido e contexto originais e inseriram em outro, visando com isso à produção de outros sentidos.

Ao contrário do que diz em *Retrato do Acervo*, a dissertação mostra como os integrantes do grupo Palmares atuaram mesmo em um período de exceção, entre 1971 e 1978, dentro da esfera legal – comprovado por documentos de liberação pela censura da polícia federal com o documento anexado na dissertação, e mesmo assim subverteu (transformação da práxis), a disputa pela integração do negro nas esferas de cidadania e de reconhecimento de sua existência e contribuição para a nacionalidade brasileira ao contrapor o projeto de branqueamento (imigração e mestiçagem) e de exclusão simbólica e material (racismo estrutural) da população negra, que regulam as relações sociais no Brasil, como demonstram todas as pesquisas qualitativas e estatísticas realizadas sobre o tema.

A escolha da dissertação a ser referida não foi obra do acaso, sendo a única referência em todo o relatório. O texto tem sido utilizado por diferentes entidades, como a CNBB e a própria Fundação Palmares, projetos, como a exposição acervo do google, projetos pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação e centenas de pesquisas para reafirmar a agência do movimento social negro no processo de integração da população negra nas esferas de cidadania plena no país. Também por ter sido produzido a partir de depoimentos dos articuladores do 20 de Novembro, incluindo o próprio Oliveira Silveira, igualmente depreciado no referido relatório. O texto igualmente tem servido de referência para reportagens durante novembro pelo menos nos últimos

---

<sup>3</sup> CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Porto Alegre: PUCRS, 2006 (Dissertação de Mestrado).

15 anos. Com isso, a circulação e o reconhecimento da dissertação foram utilizados para respaldar uma tese descabida que contrapõe tanto o sentido do texto, como remete aos piores momentos da história da humanidade, que são as perseguições à liberdade de pensamento, muitas vezes sintetizada na queima, ou proibição de textos. Com isso, além de violar os sentidos existentes na dissertação que vislumbra a centralidade da ação contemporânea do Grupo Palmares no contemporâneo – ao afirmarem que se trata de um “movimento datado” de “mentalidade revolucionária e marxista” e ligando isso a acusações inverossímeis, como ideologia de gênero, produz uma deturpação da dissertação e a estigmatização do pesquisador que tem seu nome ligado ao ato negacionista e sem relação lógica entre o que a dissertação propõe e o que o relatório afirma.

O Relatório 01 CNIRC/FCP é bastante superficial. Tendo sido elaborado sem o mínimo de requisitos técnicos como demanda a biblioteconomia e outras ciências da documentação. O resultado é um documento marcado pela parcialidade enquanto eixo estruturante.

Tomando-se como exemplo o acervo da Biblioteca Clóvis Moura que foi cedido à FCP, a parcialidade do relatório fica ainda mais explícita. A começar pelo próprio registro do fato: não há nenhuma referência sobre a incorporação do acervo da Biblioteca Clóvis Moura no acervo bibliográfico da FCP. À página 25, o documento apresenta o “panorama dos números e percentuais gerais” indicando que o acervo bibliográfico da FCP é composto por 9.565 títulos, dos quais 8.035 livros e 1.530 folhetos. Ora, isso implica dizer que 61% do acervo bibliográfico da FCP é formado pelos 4.979<sup>4</sup> livros que compõem a unidade denominada “Biblioteca Clóvis Moura”, adquirido pela FCP. São quase 5.000 títulos abrangendo diversas áreas de conhecimento.

Apesar de não apresentar o acervo adequadamente, o Relatório 01 CNIRC/FCP extraiu deles alguns títulos apresentando-os como se fossem avulsos, ou seja, parte do acervo bibliográfico geral da FCP. A finalidade dessa extração, propositadamente indeterminada, teve a finalidade de forçar a existência de “provas” de supostos desvios na missão institucional da FCP. Tecnicamente, os riscos dessa fragmentação são muitos. Tal procedimento dificulta a compreensão de que leituras amplas e temáticas diversas fazem parte do processo de formação do pensamento de grandes intelectuais que influenciaram a organização política dos movimentos negros, ainda mais quando

---

<sup>4</sup> Informação obtida em 07/11/2017 junto ao Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC, FCP. A referida pesquisa denomina-se “Clóvis Moura, das *Rebeliões da Senzala* ao *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil: história, sociabilidades e militância (1959-2004)*”. Entre 2017 e 2019 esta pesquisa contou com apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) registrado no Processo nº 2016/20111-0. Em anexo, a relação completa dos títulos pertencentes ao Acervo Clóvis Moura.

se trata de intelectual com o estofo de Clóvis Moura. A multiplicidade de temas indica a erudição de um dos intelectuais que mais contribuiu para a história e cultura afro-brasileira.

Vejamos apenas uma dezena de títulos listados no acervo da Biblioteca Clóvis Moura pertencente ao acervo FCP não citados no Relatório 01/2021 CNIRC/FCP:

<b>Autor</b>	<b>Título</b>
Pedro Taques	Nobiliarquia paulistana histórica genealógica. Tomos I ao III, Volumes 05 ao 07.
Roberto Simonsen	História Econômica do Brasil 1500-1820.
Theodore Roosevelt	Nas selvas do Brasil
Pedro Calmon	História da Civilização Brasileira
Hélio Viana	História Diplomática do Brasil
William Shakespeare	A Tragédia do Rei Ricardo III
Rubens Alves	O desejo de ensinar e artes de aprender
Aristóteles	Arte retórica e arte poética
Carl F.P. von Martius	O estado do direito entre os autóctones do Brasil
Rudolf von Ihering	A luta pelo direito

O que esses títulos pertencentes à Biblioteca Clóvis Moura da FCP indicam? Os livros indicam os percursos de leituras e da formação intelectual de um dos principais pesquisadores/as da história e cultura afro-brasileira. O vasto repertório bibliográfico de Clóvis Moura inscreve o poder de erudição nas prateleiras da FCP, donde a diversidade das obras assume unidade na história intelectual e na história da cultura afro-brasileira. Ao pretender descartar de forma avulsa livros pertencentes ao conjunto de livros que compõe a Biblioteca Clóvis Moura, a atual gestão da FCP desfaz o valor cultural que se perfaz pela unidade dos acervos por ela incorporados historicamente a FCP desfaz a unidade que a perfaz: à FCP não pertencem livros isolados, mas sim a unidade formada pelo conjunto de livros que compõem a Biblioteca Clóvis Moura.

### 3. PARECER

O Relatório 01/2021 CNIRC/FCP apresenta uma “Lista de 300 títulos comprobatórios do desvio da missão institucional da Fundação Palmares”. Tal volume corresponde a apenas exatos 3,7% do Acervo Bibliográfico total da FCP. Percentual pequeno demais para comprovar quaisquer desvios institucionais ou de “dominação marxista” na FCP. Os dados dizem exatamente o contrário, 96,3% dos livros que compõem o acervo bibliográfico estão de acordo com a missão institucional e não foram considerados “marxistas”. A ausência de critérios técnicos para elaboração do relatório epigrafado resultou na parcialidade e fragilidade dos argumentos, introduzindo no debate público dados e interpretações que se afastam do método e da redação científica. Trata-se, portanto, de um documento nutrido por motivações de censura ideológica.

Metodologicamente, o relatório informa que o “CNIRC fez um processo de triagem dos livros por meio da definição de seus conteúdos. Os títulos, sumários, introduções e resumos de capa foram avaliados nos casos explícitos. Nos casos em que esse procedimento não foi suficiente para definir com precisão o teor do livro, alguns capítulos foram lidos. Em outros casos, os livros foram lidos integralmente.”

A qualificação técnica do acervo sequer foi considerada, isto é, se 61% dos títulos pertencem ao mesmo catálogo, a “Biblioteca Clóvis Moura da FCP”, por que não caracterizar devidamente o acervo? Todavia, este autor é citado apenas uma vez no relatório, ainda assim, somente para ser relacionado como autor marxista de temática negra: “(...) o mesmo ocorre com a parte do acervo ligado à temática negra, no qual são privilegiados em quase sua totalidade os autores e as visões de mundo marcadamente marxistas, a exemplo de Décio Freitas, Clóvis Moura, James Baldwin e Edison Carneiro.(...)”.

Não se compreende a erudição de um autor e a grandeza de sua obra sem que seja considerada a dimensão das obras que orientam o seu método de trabalho e influenciam suas ideias. Clóvis Moura deixou uma série de livros importante, dentre os quais podemos citar: *Rebeliões da Senzala*, *O Negro no Brasil: de bom escravo a mau cidadão?*; *O preconceito de cor na literatura de cordel*, *História do negro brasileiro*, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. Contribuições fundamentais que não apenas reinterpretaram a história do negro como também alteraram definitivamente a compreensão da formação histórica da sociedade brasileira. Ao

pretender se desfazer dos livros que compõem a Biblioteca Clóvis Moura tratando-os como “unidades” autônomas, o Relatório 01 – CNIR/FCP destrói as condições objetivas de se conhecer a formação do pensamento do autor, posto que desmonta sua oficina e desarticula suas ferramentas de trabalho.

O relatório indica ainda como uma das justificativas para o descarte de alguns títulos, o péssimo estado de conservação dos livros. O que em relação à Biblioteca Clóvis Moura é ainda mais surpreendente. Senão veja-se os dados e indicadores relacionados ao acervo bibliográfico registrados no Relatório de Gestão 2010 da FCP<sup>5</sup>. Dentre as ações da FCP para aquele ano consta a “Estratégia 4” desenhada com o objetivo de: “(...) implementar e modernizar o acervo bibliográfico e o arquivístico da FCP no âmbito do Centro Nacional de Informações e Referência da Cultura Negra. (...)”. Assim, efetuou-se a “contratação de empresa para organização do acervo arquivístico; higienização do acervo bibliográfico da Coleção Clóvis Moura; sistema Informatizado de gestão arquivística; aquisição de dois umidificadores de ar.(...)”. **Para implementar e modernizar o acervo bibliográfico e o arquivístico da FCP foi destinado um orçamento de R\$ 350.000,00, dois quais foram empenhados 249.893,25 para tratamento do acervo bibliográfico como um todo e R\$9.500,00 para o acervo Clóvis Moura em particular**<sup>6</sup>. Há de se efetuar uma perícia técnica para se avaliar o exato estado de conservação do material bibliográfico e, quando necessário, determinar os devidos procedimentos de restauração e conservação das obras. Assim, a FCP estará cumprindo com sua missão institucional delimitada para a preservação, a valorização e o desenvolvimento da cultura afro-brasileira, incluindo a memória de seus intelectuais.

Desde a sua criação, ao longo de uma trajetória de 30 anos (1988-2018) de luta institucional, a FCP cumpriu sua missão com proatividade na formulação, promoção, acompanhamento de implementação e consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento da população negra e combate ao racismo estrutural, institucional e epistêmico, diretamente ou em parceria com outras instituições.

Possuindo a marca da redemocratização e da cidadania, a FCP possui como um dos seus fundamentos “fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da

---

<sup>5</sup> Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Relatório de Gestão 2010. Brasília: FCP, 2010, p.42.

<sup>6</sup> Idem.ibidem.p.221.



população negra e integrá-la, de maneira eficaz, no processo de desenvolvimento do Brasil, superando todas as discriminações”. Para isso, construiu ao longo de 30 anos (1988-2018) um rico e vasto acervo sobre as referências culturais afro-brasileiras, por meio do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) e da Biblioteca Oliveira Silveira, contribuindo para a construção identitária positivada e afirmação dos direitos previstos pela Constituição que se inspiram na luta e reivindicações do movimento negro brasileiro. Através desses acervos, a FCP cumpre com o compromisso institucional de valorizar, organizar, preservar e disseminar informações sobre a cultura e história dos afro-brasileiros, assim como reconhece a contribuição da população negra na formação do povo brasileiro.

Tal acervo ao mesmo tempo que preserva um patrimônio negro brasileiro também constitui patrimônio público e de acesso livre, materializando princípios do direito de acesso à informação. Os acervos do Estado são públicos e devem ser preservados e mantidos pelos órgãos responsáveis, com pessoal especializado, materiais adequados e recursos informacionais, com uso de metodologias científicas, planejamento de construção e desenvolvimento de acervos e coleções. Tais órgãos tem o poder-dever de gerir o seu próprio acervo, bem como salvaguardá-lo, mas qualquer decisão de desbaste precisa seguir critérios e técnicas sem comprometer o interesse público. Os critérios de seleção para exclusão devem ser publicizados por uma comissão para avaliação da ação, no qual é fundamental um pessoal especializado na área da biblioteconomia, e deve ser independente da posição ideológica de governo ou dos gestores. No caso do acervo da FCP, especialistas ligados à questão da guarda da cultura negra, memória e história dos afro-brasileiros devem ser ouvidos, sob o risco de danos e ameaças irreparáveis ao patrimônio negro brasileiro, sob pena de retrocesso das ainda poucas conquistas do movimento negro nacional em sua luta histórica por reparação e justiça no enfrentamento ao racismo, que funciona como sistema estruturado e estruturante de dominação e produção de desigualdades e injustiças sociais no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm) Acesso em: 20/06/21.

BRASIL, Regimento Interno da Fundação Cultural Palmares. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6853.htm) Acesso em 20/06/2021

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 20/06/2021.

BRASIL, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.833.htm) Acesso em 20/06/2021

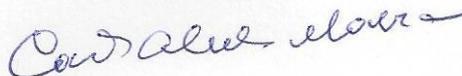
BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Relatório de Gestão 2010. Brasília: FCP, 2010

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Porto Alegre: PUCRS, 2006 (Dissertação de Mestrado).

MOURA, Carlos. 20 anos de história. In: Revista Palmares, ano IV, número 4, Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2008



Prof. Dr. Cleber Santos Vieira  
Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as



Carlos Alves Moura  
OAB RJ 177694

São Paulo, 21 de junho de 2021